

Mãos de tesoura

Numa reunião na Esplanada, Dyogo Oliveira defendeu um corte de grandes proporções na EBC. O plano passa pelo fim da TV Brasil e pela redução da empresa a um terço do tamanho atual.

Sem sinal de investimento

Teles reduzem gastos com expansão de redes, enquanto uso de celular cresce no país

Bruno Rosa e Marcello Corrêa

Os investimentos em telecomunicações devem registrar seu terceiro ano consecutivo de queda em 2017. Especialistas estimam que os recursos destinados à expansão de antenas e redes de fibra óptica caíam 5% este ano, para R\$ 26,6 bilhões — no momento em que o país precisa ampliar essa infraestrutura para se manter conectado. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, do IBGE, cerca de 63% dos lares brasileiros usam apenas o celular para falar. São 41,2 milhões de residências. Na outra ponta, apenas 1,3 milhão de lares se comunicam somente pelo telefone fixo, cerca de 2% do total. E mais: 60,3% das famílias (41 milhões) acessam a internet pelo telefone móvel.

O celular é a principal forma de comunicação no país, seja pela voz ou pelo acesso à internet, segundo especialistas. Mesmo assim, o brasileiro já vem sentindo na pele os efeitos dos baixos investimentos das empresas. Dados da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e da consultoria Teleco revelam que o país chega ao fim de 2017 com 471 municípios sem cobertura 3G. No caso da quarta

geração de telefonia móvel (4G), que confere maior velocidade de conexão móvel, falta levar antenas para 2.207 cidades. O país tem, no total, 5.570 municípios.

De acordo com a Huawei, um dos principais fabricantes de equipamentos para o setor, somente a demanda por internet móvel vai crescer 45% ao ano até 2020. O especialista em infraestrutura Hermano Pinto afirma que, no Brasil, o celular, a exemplo do que ocorre nas principais economias, vai se tornar o principal produto para uma série de atividades, como fazer fotos, gravar vídeos e assistir televisão ao vivo. Mas para isso, ressalta, uma boa conexão é essencial para colocar o Brasil no mesmo patamar dos países mais avançados.

— Com a crise econômica, as teles estão muito preocupadas com sua margem. Um investimento em telecomunicações leva de três a quatro anos para dar retorno. E, tendo em vista o atual cenário, com uma concorrência maior com as empresas de internet e os provedores menores, as grandes teles vêm priorizando o investimento onde há maior rentabilidade, com taxas de retorno em torno de um ano e meio. Mas telecom é capital intensivo — afirma Hermano Pinto.

Especialistas explicam que, na estratégia das grandes empresas do setor, pesam não só o ritmo lento de

recuperação da economia, como as incertezas relacionadas ao processo eleitoral em 2018, a crise da Oi e a pressão por mudanças na legislação.

ACESSO À INTERNET CADA VEZ MAIOR NO MÓVEL

Nesse cenário, acrescenta Basílio Perez, presidente da Associação Brasileira de Provedores de Internet e Telecomunicações (Abrint), são as pequenas prestadoras de serviços que estão levando a conexão para o interior. Segundo ele, os provedores locais já somam 15% do mercado de telefonia móvel e internet banda larga.

— A maior parte das pequenas e médias empresas do setor atua em cidades com menos de cem mil habitantes. O curioso é que em casas onde há jovens não há mais interesse nem na TV por assinatura. O foco é mesmo internet e telefonia móvel — ressalta Perez.

A edição mais recente da pesquisa TIC Domicílios, elaborada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI), mostra que a banda larga móvel tem sido fundamental para garantir o acesso quando a rede fixa não está disponível. O percentual de lares sem computador, mas com acesso a internet dobrou em dois anos, passando de 7% para 14% entre 2014 e 2016. O levantamento, divulgado em novembro, destaca que o crescimento da banda larga





móvel ocorre com maior intensidade entre classes sociais menos favorecidas e nas áreas rurais. Na Região Norte, tradicionalmente menos atendida por infraestrutura fixa, o percentual chega a 22%.

A popularização da internet móvel está ligada ao custo menor do celular, que ganhou a preferência dos brasileiros nos últimos anos, destaca Maria Lúcia Vieira, gerente da Pnad:

— Nos domicílios com crianças pequenas, por exemplo, sai mais barato deixar um telefone celular pré-pago para falar com a babá do que pagar a assinatura de um telefone fixo. Além disso, no celular é mais fácil encontrar a pessoa a qualquer hora.

As empresas afirmam que a retomada do investimento depende de mudanças regulatórias. Elas avaliam que o principal desafio é aprovar o projeto de lei complementar (PLC) 79, que permitirá transformar a concessão em autorização, no âmbito da atualização da Lei Geral de Telecomunicações, atualmente parado no Congresso. As empresas estimam que, caso essas mudanças avancem, há um potencial para se elevar os investimentos em mais de R\$ 10 bilhões por ano.

Um exemplo envolve a obrigatoriedade de ampliação e

manutenção dos orelhões públicos, caso de Oi e Telefônica. As teles argumentam que esses recursos poderiam ser direcionados a outras áreas, como ampliação dos serviços de banda larga. Outro caso é o uso dos chamados bens reversíveis, que hoje não podem ser vendidos como forma de gerar caixa para mais investimentos. Caso que, além de Oi e Telefônica, afeta a Embratel, que pertence ao mesmo grupo da Claro, a América Móvil.

— É preciso atualizar a regulamentação. As concessionárias, que são as maiores companhias do país e indutoras do desenvolvimento do setor, estão presas em uma legislação que as obriga a investir onde não há mais demanda, como o telefone fixo. Por isso, a mudança é necessária — afirma o advogado Nelson Santos, especialista em telecomunicações.

Para Arthur Barrionuevo, professor da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o setor precisa de incentivos para ampliar a oferta de banda larga. A mudança na Lei Geral de Telecomunicações, diz, seria um estímulo: — Uma empresa como a Oi, independentemente da crise, quando está fazendo investimento em banda larga, fica em uma situação complicada. Fica a dúvida sobre se, quando acabar o contrato, ela vai ter de volta o investimento.

A carga tributária sobre o setor, destaca Barri-onuevo, também é um entrave: — Temos um imenso potencial. Empresários vivem chorando por imposto, mas, no caso da telefonia, eles têm razão. Quase metade do faturamento é imposto. É óbvio que isso atrapalha, porque o investimento fica menos rentável.

O nível de investimento aquém do ideal se reflete no número de antenas instaladas no país. Segundo a SindiTeleBrasil, associação que reúne as teles, o país conta com 86 mil estações. O número é pequeno se comparado a cidades como Pequim, na China, onde há 60 mil antenas, destaca a Huawei. Carlos Lauria, diretor de Relações Governamentais da companhia, cita a vasta legislação para a instalação dos equipamentos a nível municipal.

— Embora a Lei da Antena tenha beneficiado o setor, há uma série de leis municipais que dificultam o investimento. São mais de cinco mil cidades, e cada uma tem suas regras. É preciso resolver todos esses impasses, pois o 5G daqui a pouco está chegando, e o número de antenas vai aumentar. A imagem em ultradefinição vai precisar de mais banda — diz Lauria, lembrando que os fabricantes vêm desenvolvendo equipamentos menores para poder ampliar a cobertura.





NÚMEROS DO SETOR

CRESCE PREFERÊNCIA PELO CELULAR

INVESTIMENTOS EM TELECOMUNICAÇÕES

(EM R\$ BILHÕES)



TOTAL DE LINHAS EM USO NO PAÍS

EM OUTUBRO, EM MILHÕES



A base de celulares cai por conta da redução da base pré-paga no país, devido ao fim da tendência do uso de vários chips por celular

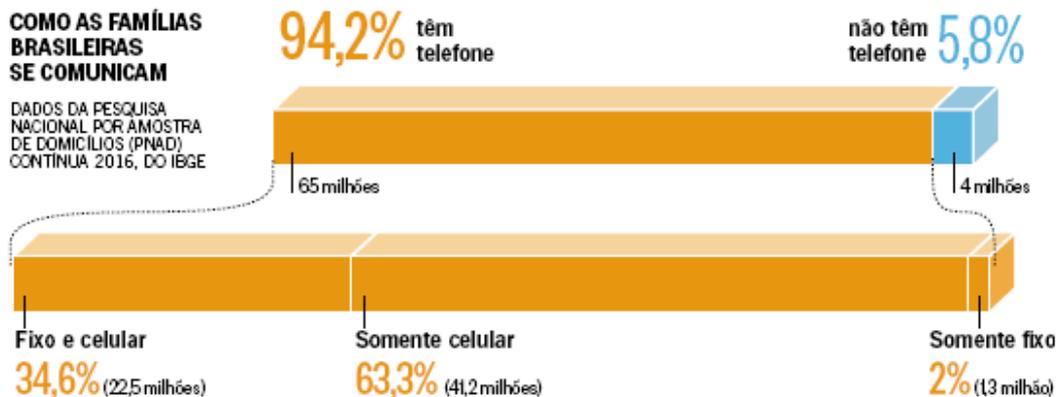
ACESSO À INTERNET

EM %

	% DA POPULAÇÃO	PELO CELULAR	PELO COMPUTADOR
Distrito Federal	84,4	82,2	62
Sao Paulo	76,5	72,1	54,1
Amapá	70,8	70	29,1
Rio de Janeiro	70,8	67	48,4
BRASIL	63,6	60,3	40,1
Ceará	48,9	46,5	25,4
Alagoas	47,7	45,6	25
Piauí	45,7	44,9	19
Maranhão	40,8	39,9	14,2

COMO AS FAMÍLIAS BRASILEIRAS SE COMUNICAM

DADOS DA PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMÍLIOS (PNAD) CONTÍNUA 2016, DO IBGE



Fontes: Telebrasil, Anatel e IBGE

*Projeção do mercado

**Soma de concessionárias e autorizadas

Editoria de Arte

Análise : O desafio de conectar o Brasil

País ainda tem 25 milhões de lares sem acesso à internet

O celular pode ser a ferramenta para resolver um problema crônico do país, a desigualdade no acesso à internet. Apesar dos avanços registrados nos últimos anos, 25 milhões de lares no país ainda estavam desconectados no ano passado. Isso representa 36% do total de 69,2 milhões de domicílios no país.

As diferenças são visíveis entre as regiões do país. Enquanto 71,7% das casas do Sudeste estão ligadas à web, a parcela de domicílios com algum tipo de conexão no Nordeste ainda está em 50,1%. O estado menos conectado do país é o Maranhão, com um percentual de apenas 40,8%.

Pesquisa divulgada pelo IBGE nesta semana mostra que o acesso a serviços, como educação, proteção social, moradia adequada, saneamento básico e internet, é uma das dimensões da pobreza. E quase

dois terços da população, 133,5 milhões de pessoas, tinham restrição de acesso a pelo menos um serviço. Nesse ranking de carências, a internet só perde para saneamento básico no número de pessoas excluídas.

Se as estatísticas mostram que há espaço para avançar e conquistar fatias de mercado, para as empresas, os investimentos dependem de mudanças regulatórias. A lista de queixas é extensa e data da privatização do setor no Brasil, em 1998. As companhias reclamam do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST), que foi instituído em 2000 com o objetivo de levar telefonia para o país inteiro, mas nunca teve um real sequer aplicado para aumentar a conectividade. As queixas também ganham eco na elevada carga tributária do setor, na faixa dos 40%.

Nos últimos anos outra demanda ganhou força. Trata-se da atualização da Lei Geral de Telecomunicações (LGT). Com ela, sob o PLC 79, que

está parado no Congresso Nacional, há a possibilidade de transformar as concessões em autorizações. Com isso, empresas como Oi e Telefônica (dona da Vivo) vão poder, dizem as teles, direcionar os investimentos obrigatórios em orelhões na almejada banda larga.

Com essa mudança, as empresas pretendem vender os bens reversíveis (prédios, por exemplo) para gerar caixa e... elevar os investimentos. A atualização da LGT poderia, em tese, ajudar a Oi a passar pelo processo de recuperação judicial e, assim, atrair o esperado sócio chinês.

Com a decisão nos EUA de acabar com a neutralidade de rede, as teles devem intensificar o lobby para que a mudança também seja adotada no Brasil. A medida, defendida pelas empresas como uma forma de viabilizar investimentos, é considerada por críticos uma nova ferramenta de exclusão, de conteúdo ou de qualidade da conexão. (B.R. e M.C.)

Salto no escuro

Cresceu o risco de que o próximo presidente da República assumira o governo em meio a um agravamento da crise orçamentária.

Ao adiar para fevereiro a votação da reforma da Previdência, a coalizão situacionista deu flagrante mostra de fraqueza -até nas idas e vindas do anúncio atabalhado.

Dispendiosas concessões a setores empresariais e unidades federativas foram feitas durante as negociações para o avanço da proposta, além de alterações destinadas a tornar seu texto mais brando. Nem assim se obteve o apoio necessário de 308 dos 513 deputados.

Ao contrário, ficou patente o quanto os políticos se intimidam diante das pressões das castas mais privilegiadas do serviço público em favor de suas benesses.

Enquanto isso, deixaram de ser examinadas medidas destinadas a reduzir o rombo nas contas do Tesouro Nacional, casos do adiamento dos reajustes salariais do funcionalismo e das majorações de tributos sobre folhas de pagamento e aplicações financeiras.

Sem tais providências, o governo perderá cerca de R\$ 20 bilhões em 2018 -num Orçamento recém-aprovado que já estima um déficit próximo aos R\$ 160 bilhões, mesmo sem incluir no cálculo os gastos com juros da dívida federal.

Nessa hipótese, as opções seriam cortar gastos -em

especial investimentos em infraestrutura, já deprimidos- ou tolerar uma alta ainda mais acelerada do endividamento público.

Este elevou-se do equivalente a 56% do PIB, em 2014, para os 74% de hoje, o patamar mais elevado entre os principais países emergentes. A única estratégia em vigor para conter a escalada é o teto constitucional para a expansão da despesa da União.

Entretanto a sobrevivência desse mecanismo está condicionada, como sempre se soube, ao ajuste previdenciário. Sem que seja freada a expansão dos dispêndios com aposentadorias, outras áreas terão de ser sacrificadas, comprometendo a viabilidade política e administrativa do governo.

Nesse cenário, já em curso, as primeiras vítimas são as obras públicas; mais à frente, até saúde e educação estão ameaçadas.

Se a reforma não se viabilizar no próximo ano, terá de ser feita a partir de 2019 sob condições mais incertas -a depender dos solavancos da campanha eleitoral, as condições da inflação, dos juros e da taxa de câmbio podem não ser tão benignas como as de hoje.

Fora isso, restará contar com alguma recuperação miraculosa da economia e da arrecadação tributária, hipótese que fica ainda mais remota quando se mina a confiança de consumidores e empresários no futuro do país.

O Brasil tem urgência

GILBERTO KASSAB

O Brasil deixou para trás uma das piores recessões de sua história. A roda da economia voltou a girar, invertendo a tendência negativa dos últimos anos. Precisamos agora fazer todo o esforço possível para garantir que esse momento auspicioso não seja revertido e faça o país cair de novo no abismo.

A inflação está baixa e controlada. A produção industrial voltou a crescer. O mercado de trabalho dá sinais de aquecimento, reduzindo a taxa de desemprego. A arrecadação tributária cresce. E a taxa de juros está no menor nível da história.

Isso tudo é resultado da agenda adotada pelo governo do presidente Michel Temer ao promover rigor fiscal no longo prazo; resgatar a política monetária convencional desde junho de 2016; fortalecer a Petrobras e a Eletrobras, blindando-as das mãos da corrupção; implementar uma agenda de transparência e controle no Tesouro Nacional.

E, sobretudo, o governo promove uma verdadeira pauta reformista no Congresso; aprovou a reforma trabalhista e a Taxa de

Longo Prazo, que permite acabar com os juros subsidiados que distorcem e encarecem a economia brasileira.

O novo momento da economia de juros e inflação baixos permitirá o aumento da renda e do emprego no ano que vem de maneira sustentável. O único risco é essa nova pauta que promove o dinamismo econômico não prevalecer e sucumbir diante de interesses políticos e eleitorais de uma minoria barulhenta da sociedade e do Congresso. E a tarefa mais urgente é a aprovação da reforma da Previdência.

Essa reforma foi pensada para acabar com os benefícios e proteger os direitos dos trabalhadores, para garantir a sustentabilidade da Previdência Social e combater as desigualdades. Qualquer outro discurso é oportunista e não baseado em dados reais.

Hoje, a realidade é que um trabalhador de baixa renda que mora na cidade não consegue contribuir por 35 anos nem se aposentar por idade (65 anos para homens e 60 anos para mulheres) e já recebe valores próximos ao do salário

mínimo. Quem para de trabalhar precocemente são os funcionários públicos.

Mais de 60% das aposentadorias pagas pelo regime geral equivalem a um salário mínimo. As pessoas mais pobres, portanto, não terão seus benefícios reduzidos. Pelo contrário: ao se aposentarem, receberão integralmente o que recebiam quando estavam na ativa.

Portanto, a reforma vai acabar com privilégios de uma pequena casta de servidores públicos que ganha acima do teto. Essa camada 1% mais rica da população não vai mais viver em condições diferenciadas em relação à massa de trabalhadores que ganham até um salário mínimo. A aposentadoria dos servidores públicos federais vai convergir para as regras do setor privado, acabando com distorções e injustiças.

O outro argumento é financeiro. A Previdência paga muito e de forma distorcida. Mantido o atual cenário, caso a reforma não seja aprovada, o déficit crescerá ano a ano.

Em 2034, segundo projeções da Presidência da República, todo





dinheiro do Orçamento federal vai ser usado para pagar aposentadoria: saúde, educação, segurança pública não terão nem um centavo sequer. A partir de 2035, o Brasil simplesmente não terá mais dinheiro nem para pagar as pensões.

Não tem por que procrastinar, não tem por que adiar. Não há argumento que se sustente contra a realidade posta. A eleição do ano que vem não pode ser usada como desculpa para empurrar a aprovação da reforma. A realidade é dura, a margem de votação é apertada, mas não se pode jogar a toalha, não se pode criar confusão. Esse é um tema muito relevante ao Brasil.

Os brasileiros aprenderam de forma dura que não se pode jogar para os outros o que é de sua responsabilidade. O Congresso precisa agir e garantir que a janela de oportunidades não se feche às próximas gerações. É uma questão de agora. Não pode ficar para o próximo governo.

GILBERTO KASSAB, 57, engenheiro e economista, é ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (PSD); foi prefeito de São Paulo de 2006 a 2013

Proposta mais branda de Previdência beneficia metade dos servidores federais

Aposentadoria. 380 mil funcionários públicos federais, ou 52% do total, vão se aposentar com o último salário da carreira e com reajustes iguais aos da ativa se o governo voltar atrás e permitir regras mais leves para esse grupo nas negociações da reforma

Adriana Fernandes e
Idiana Tomazelli / Brasília

Se o governo ceder à pressão do funcionalismo público para abrandar a proposta de reforma da Previdência, vai beneficiar 52% dos servidores federais. São 380 mil servidores que ainda estão em atividade e que vão se aposentar com o último salário da carreira e reajustes iguais aos dos funcionários da ativa. Eles ingressaram no serviço público até 2003 e têm o direito às chamadas integralidade e paridade - privilégios que o governo quer acabar ao aprovar a reforma, mas que as categorias pressionam para manter.

Caso precisasse pagar hoje todos os benefícios futuros para esses servidores, a União teria de desembolsar R\$ 507,6 bilhões (a valores atuais), segundo cálculos feitos pela Secretaria de Previdência a pedido do Estadão/Broadcast. A previsão é que haverá concessão desses benefícios por mais 30 a 40 anos, com os pagamentos se estendendo por cerca de 80 anos.

Para tentar ampliar o apoio da população à reforma, o governo tem investido pesado na propaganda de que a proposta põe fim aos privilégios. Com a aprovação do texto, servidores públicos e trabalhadores da iniciativa privada seguirão regras iguais para se aposentar. Boa parte dos que têm direito a esses privilégios poderá solicitar o benefício na próxima década. Dos mais de 267 mil servidores que vão se aposentar até 2026, cerca de 91% fazem jus à regra de paridade e integralidade, segundo o Ministério do Planejamento.

Já os servidores que ingressaram a partir de 2013 e se aposentarão pelo teto do INSS (R\$ 5.531,31) são apenas 15,3% dos ativos atualmente, ou 112,1 mil. Foi nesse ano que passaram a vigorar novas regras para aposentadoria do funcionalismo que acabaram com a possibilidade de benefícios acima do teto de aposentadoria do INSS. Quem quiser ganhar mais tem de contribuir para um fundo de previdência complementar.

A proposta em tramitação na Câmara quer reduzir o peso dessa fatura a ser bancada nos próximos anos ao cobrar dos servidores as idades mínimas de 65 anos para homens e 62 anos para mulheres para manter a integralidade e a paridade. Mas a pressão crescente das categorias leva o governo a

considerar uma alternativa mais leve para esse grupo. Uma última cartada para tentar aprovar a reforma em fevereiro na Casa.

O próprio presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), pretende propor uma regra intermediária, que não seja forçar o servidor a desistir do salário maior ou a trabalhar até as idades finais da reforma, sem transição. Se quiser se aposentar antes, pela proposta atual de reforma, o funcionário abre mão da integralidade e receberá um benefício equivalente à média dos 80% maiores salários. Esse valor pode ser inclusive maior que o teto do INSS, mas fica abaixo do último salário antes da aposentadoria.

Folha de pagamento. Algumas categorias do funcionalismo federal têm remuneração no final de carreira acima de R\$ 20 mil mensais. Os procuradores, por exemplo, ganhavam R\$ 28,9 mil em 2016, e consultores legislativos do Senado, R\$ 30,5 mil. Segundo informações do boletim de gastos com pessoal do Ministério do Planejamento de janeiro de 2017, a despesa média dos aposentados do Legislativo e Judiciário Federal foi de R\$ 28.882 e R\$ 22.336 respectivamente.

O governo também considera privilégio receber mais de um benefício e pretende limitar essa possibilidade ao teto de dois salários mínimos para acúmulo de





aposentadoria e pensão. Segundo a Secretaria de Previdência, existem situações de funcionários públicos com remunerações elevadas, na faixa dos R\$ 20 mil a R\$ 30 mil, que ainda ganham outro benefício. Entre eles estão juizes, promotores, procuradores, advogados públicos, auditores fiscais, de acordo com o órgão.

"A reforma da Previdência, na versão atual, afetará 9,5% da população, justamente as pessoas de maior renda", diz o secretário de Previdência, Marcelo Caetano. Para tentar diminuir resistências dos parlamentares, o governo deu sinal verde à exclusão de trechos da proposta que mudavam regras de aposentadoria rural, benefícios assistenciais para a baixa renda e no tempo mínimo de contribuição para o INSS (que permanecerá em 15 anos). A avaliação do governo é de que isso livra os mais humildes do alcance da reforma.

Igualdade. Integrantes do governo negam que a proposta atual represente uma perseguição ao funcionalismo. "A reforma da Previdência propõe tratar os iguais de forma igual. Não se trata de culpar os servidores públicos pelo déficit fiscal, mas de corrigir a maior distorção do nosso regime previdenciário, pois o déficit per capita dos servidores foi 18 vezes maior do que dos trabalhadores do setor privado em 2016", afirma o assessor especial do Ministério do Planejamento, Arnaldo Lima Junior.

Para o economista Marcos Lisboa, presidente do Insper, é importante aprovar a mudança na regra para os servidores que ingressaram até 2003. Segundo ele, muitos desses servidores estão entre os 5% mais ricos do País, ou até no 1% mais abastado. "Aposentar com salário integral não existe no resto do mundo. O sistema não aguenta isso, não tem como arcar com esse custo."





PRIVILÉGIOS

● Governo diz que regras atuais beneficiam pessoas de renda mais alta e defende mudanças propostas na reforma da Previdência

Integralidade e paridade

Direito a aposentadoria com o último salário da carreira e reajustes iguais aos da ativa

Quem tem direito?

Servidores que ingressaram até 31 de dezembro de 2003

Servidores ativos

EM MILHARES



Judiciário



Legislativo



Ministério Público da União (MPU)

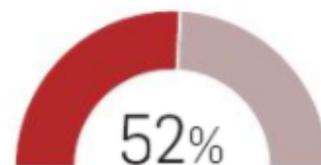


Total



Servidores ativos que ainda têm direito a integralidade e paridade

PORCENTAGEM EM RELAÇÃO AO QUADRO TOTAL DE FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS



GASTO PROJETADO COM SERVIDORES AINDA ATIVOS COM DIREITO A INTEGRALIDADE

R\$ 507,6 bilhões*

E quem ingressou a partir de 2004?

● Entre 1/1/2004 e 3/2/2013, servidores adquiriram direito de se aposentar com a média dos 80% maiores salários, mesmo que acima do teto do INSS. São 238.400 dos ativos, ou 32,6% do quadro atual

● A partir de 4/2/2013 (ou 14/10/2013 no Judiciário), servidores se aposentam com teto do INSS (R\$ 5.531,31), mas contribuem para previdência complementar. São 112.121 dos ativos, ou 15,3% do quadro atual

*VALOR QUE O GOVERNO TERIA DE DESEMBOLSAR CASO TIVESSE QUE PAGAR HOJE TODOS OS BENEFÍCIOS FUTUROS DESSES SERVIDORES. CONSIDERA PAGAMENTOS A SEREM FEITOS EM 80 ANOS

FONTE: SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

A estratégia de quem não quer a reforma

Se cada um dos 267 sindicatos ligados a servidores conseguir um voto, proposta não passa na Câmara

BRASILIA- Alvos do combate a privilégios, categorias de servidores intensificaram a pressão sobre os deputados na última semana para tentar desidratar ainda mais a proposta de reforma da Previdência, mantendo o direito à aposentadoria com o último salário da carreira. Eles dizem que a mudança nas regras para quem ingressou até 2003 viola um direito adquirido.

O corpo a corpo incluiu protestos barulhentos na quadra 302 norte, em Brasília, onde ficam imóveis funcionais usados por deputados, na Câmara e no aeroporto. Na sessão em que o relator da reforma, deputado Arthur Oliveira Maia (PPS-BA), discursou sobre a proposta, parlamentares da oposição cantaram vitória e atribuíram à pressão das categorias

o fato de o governo ter adiado a votação para fevereiro de 2018.

"O governo insiste em demonizar o serviço público e está desconsiderando um direito adquirido", diz o presidente do Sindicato Nacional dos Auditores da Receita Federal (Sindifisco), Claudio Damasceno.

Para o presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República, José Robalinho, é "bode expiatório" a propaganda do governo que taxa a aposentadoria dos servidores como privilégio. Ele vê, porém, como um aceno positivo a disposição do governo de reabrir a negociação. "Esse tipo de argumento parece ser apenas uma cortina de fumaça para outros interesses, para aprovar uma reforma que vai ser nociva para o conjunto dos trabalhadores", afirma o presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), Roberto Veloso.

Os servidores têm grande poder de pressão sobre os parlamentares por conta da representatividade sindical. São 267 sindicatos e associações para cuidar dos interesses dos funcionários públicos da União. Se cada uma conseguir atrair o voto de um deputado, já há apoio de mais da metade da Câmara para a defesa de suas causas.

Servidores estaduais também marcam de perto os parlamentares de suas regiões, já que a reforma também atingirá Estados e municípios. Recém-empossado no posto de articulador político, o ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun, reafirmou a intenção do governo de continuar negociando, mas adiantou que não há compromisso de mais flexibilizações. "O governo não aceita mudança na espinha dorsal, que é o fim dos privilégios." / A.F. e I.T.

Irrealismo orçamentário

A impossibilidade de previsão de qualquer nova obra, a necessidade de cortar despesas já no início do ano e o risco que a inclusão de receitas ainda não garantidas traz para sua execução ao longo do ano são algumas das características da Lei Orçamentária Anual (LOA) da União para 2018 que o Congresso Nacional aprovou na quarta-feira passada, em votação simbólica. Registre-se o fato, raro nos últimos anos, de a decisão ter sido tomada dentro do prazo legal, isto é, antes do encerramento da sessão legislativa. O orçamento aprovado retrata a grave crise fiscal que o País enfrenta, as restrições formais para a aplicação mais racional dos recursos e a maneira pouco responsável com que os parlamentares lidam com o dinheiro público. Esse tipo de comportamento se torna muito mais nocivo diante da crise das finanças públicas agravada pelo adiamento, pelos próprios congressistas, da discussão das reformas, a começar pela do sistema previdenciário.

Como observou o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, responsável pela execução do Orçamento da União, seria bom para o País ter um orçamento adequado às suas necessidades e às suas prioridades. Mas, como reconheceu em seguida, "lamentavelmente, o que nós temos na realidade é um orçamento engessado, que responde muito mais à capacidade de pressão e de mobilização de alguns grupos no Congresso, que acabam fazendo valer as suas prioridades dentro do orçamento".

Há pouco espaço para destinar mais verbas para áreas mais carentes ou consideradas prioritárias pelo governo, porque a maior parte da arrecadação tributária tem destinação determinada por lei. Despesas convencionais são transformadas em despesas obrigatórias, o que limita ainda mais a capacidade do governo de executar projetos novos. Para exemplificar, Oliveira observou que, só com o sistema previdenciário, a União gasta 57% do Orçamento, enquanto os investimentos necessários para ampliar e melhorar a oferta de serviços - de infraestrutura, saúde e educação, por exemplo - recebem apenas 3%. "Claramente isso não reflete as necessidades principais do País."

O Orçamento para 2018 foi o primeiro elaborado e

aprovado sob a vigência da emenda constitucional que instituiu o teto para os gastos públicos. O texto prevê um déficit primário de R\$ 157 bilhões do governo federal em 2018, pouco menor do que os R\$ 159 bilhões determinados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Mas a melhora do resultado primário só será assegurada se forem aprovadas propostas do governo que elevam a arrecadação em R\$ 21,4 bilhões. A mais importante dessas propostas é a medida provisória (MP) que muda a tributação de fundos exclusivos de investimento, o que poderia resultar numa receita adicional de R\$ 6 bilhões para o Tesouro. Mas a MP não será votada neste ano para produzir resultados no próximo. Com essa quebra, o ano deve começar com o governo cortando gastos, reconhece o relator da proposta orçamentária, deputado Cacá Leão (PP-BA).

Outras propostas de aumento de receita são o aumento da alíquota da contribuição previdenciária dos servidores públicos e o fim da desoneração da folha de pagamentos. Elas igualmente dependem de aprovação legislativa.

Além de não prever cortes suficientes para compensar a quebra prevista da arrecadação, o texto aprovado pelo Congresso atende a pedidos de verbas dos parlamentares para suas regiões. O relator teve de remanejar R\$ 5,3 bilhões de outros programas definidos pelo governo; desse valor, R\$ 1 bilhão foi retirado do programa Minha Casa, Minha Vida. O texto aprovado incluiu um dispositivo que limita os cancelamentos de despesas de tal modo que seu veto implicaria corte de todas as emendas não impositivas decididas pelo Congresso, o que resultaria em sérios problemas para o presidente Michel Temer com os parlamentares.

A LOA aprovada pelo Congresso reservou R\$ 1,716 bilhão para o Fundo Especial de Financiamento de Campanha, valor que será destinado aos partidos para o financiamento da campanha de 2018. É muito dinheiro, mas poderia ser pior, se tivesse vingado a manobra de um grupo de parlamentares que pleiteava até R\$ 2,5 bilhões.

Rumos do país

» Nesta terça-feira, das 9h30 até as 14h, o Correio Braziliense recebe a comunidade de Brasília para o evento “Correio Debate”. Inscrições gratuitas e vagas limitadas.

A abertura será com o presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn. O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, terá a palavra às 10h30. Convidado especial, o ministro Henrique Meireles tratará da prospecção econômica para 2018. O presidente Temer encerrará o evento.